

## O MOLEQUE RICARDO E OUTROS MOLEQUES: O COTIDIANO DOS MENINOS TRABALHADORES NO RECIFE

Humberto Miranda<sup>1</sup>

**RESUMO:** José Lins do Rego foi um romancista paraibano que integrou nos anos de 1920 e 1930 o chamado *Movimento Regionalista*, em parceria com Gilberto Freyre e outros intelectuais. Em *O Moleque Ricardo*, obra publicada em 1936, o romancista desenhou o Recife do crescimento urbano e das tensões políticas. Neste artigo, a literatura apresenta-se como uma fonte importante para problematizarmos a história dos meninos que trabalhavam nas oficinas, nas fábricas e que protagonizaram as mais diferentes histórias, cujo cenário foi o Recife. Desse modo, ao aproximarmos a história e a literatura, estamos dialogando com as novas perspectivas da escrita da história. Este encontro nos faz visualizar novos horizontes de análise, possibilitando-nos, inclusive, enxergar questões que não foram discutidas pela historiografia tradicional. A partir da obra de José Lins do Rego, podemos estudar o passado de Ricardo e de outros *moleques*, dos meninos que possuíram uma trajetória de vida marcada pela exploração do trabalho infantil, pelo abandono e outras formas de exclusão social.

**PALAVRAS-CHAVE:** história; literatura; trabalho infantil.

**RESUMEN:** José Lins do Rego fue un novelista de Paraíba (Brasil) que durante los años veinte y treinta formó parte del grupo *Movimiento Regionalista* en colaboración con Gilberto Freyre y otros intelectuales. En “*O Moleque Ricardo*” (1936), Lins do Rego describió el Recife del crecimiento urbano y de las tensiones políticas. En este artículo, la literatura se presenta como una fuente importante para problematizar la historia de los niños que trabajan en los talleres, en los tajos y fábricas y que protagonizaron las más diferentes historias cuyo escenario fue Recife. De este modo, al acercar la historia y la literatura, estamos dialogando con las nuevas perspectivas de la escritura en la historia. Este encuentro nos permite pergeñar nuevos horizontes de análisis, permitiendo incluso divisar cuestiones que no fueron discutidas por la historiografía tradicional. A partir de la obra de José Lins do Rego podemos estudiar el pasado de Ricardo y de otros *gaminses*, de los niños que tuvieron una trayectoria de vida marcada por la explotación del trabajo infantil, por el abandono y otras formas de exclusión social.

**PALABRAS-CLAVE:** historia, literatura, trabajo infantil.

### 1. Introdução

*O moleque Ricardo* será o fio condutor que nos levará ao encontro das discussões sobre a história dos meninos que trabalhavam nas oficinas, nas fábricas e que protagonizaram as mais diferentes histórias, cujo cenário foi o Recife. Ao analisar a importância da relação entre a literatura e a escrita da história, Sandra Pesavento nos fala que:

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE.

Neste cruzamento que se estabelece entre a História e a Literatura, o historiador se vale do texto literário não mais como uma ilustração do contexto em estudo, como um dado a mais, para compor uma paisagem dada. O texto literário lhe vale como porta de entrada às sensibilidades de um outro tempo, justo como aquela fonte privilegiada que pode acessar elementos do passado que outros documentos não proporcionam.<sup>2</sup>

Ricardo, ao vivenciar tensões, recorda com saudade os tempos de infância no interior de Pernambuco. Na construção dessa obra, o romancista José Lins do Rego coloca em tela a relação entre o campo e a cidade, entre o patrão e o empregado, entre o prazer e o sofrimento de viver numa cidade marcada por contradições. Um importante documento histórico, que nos permite pensar como as relações sociais foram construídas naquele tempo. Ao analisar as obras de José Lins do Rego, o historiador paraibano Durval Muniz de Albuquerque nos fala que:

Os romances de José Lins não nascem de uma pesquisa sociológica, mas são livros feitos a partir de histórias que lhe foram contadas nas salas de engenhos, nas cozinhas pelas negras, são livros de recordações de sua vida de infância.<sup>3</sup>

Cidade da modernidade, cenário onde Ricardo iria enfrentar os mais diferentes tipos de desafios e aventuras. Tais desafios e aventuras tiveram início no trem que conduziu o *moleque* ao Recife:

Ricardo notava que a gente que entrava pelo vagão já era diferente, gente mais despachada, ganhadores pedindo frete, moleques vendendo jornais. O Recife estava próximo. A cidade se aproximava dele. Teve medo. Falavam no engenho do Recife como de uma Babel. ‘Tem mais duas léguas de ruas’. ‘Você numa semana não corre’. E bondes elétricos, sobrados de não sei quantos andares. E gente na rua que só formiga. O dia todo é como se fosse festa.<sup>4</sup>

Nas palavras de José Lins, a cidade acolhia homens, mulheres, crianças, adultos e idosos, vindos de todos os cantos. Assim como Ricardo, essas pessoas buscavam melhores condições de vida e de trabalho. Ao chegar à cidade grande, o *moleque* de Santa Rosa foi empregado na casa do vizinho do condutor do trem. Lá, ele “trabalhava de manhã à noite, varria casa, fazia compra, ia de lata na cabeça buscar água”.<sup>5</sup> Dos desafios enfrentados na vida rural do engenho, o garoto passou a viver a exploração do trabalho doméstico na residência de Dona Margarida, onde tinha como pagamento pelos serviços prestados um local para comer e dormir. Assim seguiremos, no tópico seguinte, acompanhando a história de Ricardo e outros moleques que passaram pela dureza do trabalho durante a infância.

---

<sup>2</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autentica, 2005. p. 113.

<sup>3</sup> ALBUQUERQUE JR. D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 56.

<sup>4</sup> REGO, José Lins. **O moleque Ricardo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006. p. 37.

<sup>5</sup> Idem. P. 37 <sup>6</sup> REGO, José Lins. **O moleque Ricardo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006. p. 33.

## 2. O moleque Ricardo e outros moleques

Ricardo fugiu. Não se avistava mais o garoto nas redondezas... Era esse o comentário que se ouvia no Engenho Santa Rosa, localizado no interior de Pernambuco. O *moleque* de 16 anos deixara o convívio de sua mãe, dos seus irmãos e dos seus familiares, para viver no Recife. No pensamento de Ricardo, “era melhor ir mesmo”, a capital representava a cidade do “progresso”, em Santa Rosa ele “não passaria daquilo”. O *moleque* aproveitou o convite do condutor do trem e partiu para a cidade grande.<sup>6</sup>

A mãe chegou a fazer promessas a São Severino dos Ramos para reencontrar o filho. O antigo patrão “gritou quando soube da escapula do moleque”, afirmando que Ricardo era um “negro fujão” e que, assim como outros, iria morrer de fome no Recife. Todos procuravam por ele e as notícias sobre o seu paradeiro eram as mais diferentes. Com o tempo, conformaram-se e chegaram a dizer que Ricardo tinha tomado o caminho certo e que, em Santa Rosa, o *moleque* nunca iria “tirar o pé da lama”.

Assim começa a história do *moleque* Ricardo. José Lins do Rego, ao narrar a trajetória de um jovem que fugiu do interior de Pernambuco em busca de uma vida melhor na capital do Estado, legou uma obra que retrata o cenário político, social e econômico do Recife, durante as primeiras décadas dos noventa, tendo como protagonista um *moleque*. Esse romance apresenta-se como uma fonte riquíssima para o historiador que pretende problematizar o universo da infância empobrecida na cidade do Recife naquele período, uma vez que através das emoções, dos anseios e de outras formas de subjetividade, expressas nas palavras do romancista, podemos encontrar as representações e imagens construídas sobre o cotidiano dos *moleques* do Recife, na época estudada.

Naquele tempo, o trabalho representava uma “escola” para as crianças e jovens que viviam no mundo da pobreza. Os mais diferentes setores da sociedade da época defendiam a ideia de que o trabalho afastava do mundo da ociosidade, da vadiagem, da desordem e da criminalidade infanto-juvenil. De acordo com a historiadora Irma Rizzini, nas primeiras décadas do século XX,

O trabalho de crianças e adolescentes das classes populares é visto em nossa sociedade como um mecanismo disciplinador, capaz de afastá-los das companhias malélicas e dos perigos da rua. A ‘escola do trabalho’ é percebida como a ‘verdadeira escola da vida’.<sup>6</sup>

Ricardo não estudou. Na casa de Dona Margarida, o *moleque* sofria com os maus tratos da “patroa” e chorava com saudade da mãe e da vida do interior. Dona Margarida tratava o garoto como um semiescravo, “no começo fora melhor para ele. Com o tempo foi se aborrecendo” e “as cóleras e impertinências se acalmavam em Ricardo” por meio de gritos, e aquilo doía no *moleque*.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: PRIORE, Mary Del. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 389.

<sup>7</sup> Idem. P. 40. <sup>9</sup> REGO, José Lins. **O moleque Ricardo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006. p. 45.

Dona Margarida não podia perder no bicho. O povo da rua do arame já sabia. Quando ouvia um com Ricardo, o falaço, a tormenta nas quatro paredes da casa do condutor, dizia um para o outro: Dona Margarida não acertou hoje.<sup>9</sup>

A relação de Ricardo com Dona Margarida nos fez pesquisar a questão da exploração do trabalho infantil no Recife durante as décadas de 1920 e 1930. A nossa investigação nos levou a conhecer a história de outras crianças e jovens que sofriam com os maus tratos dos patrões. Os jornais do período também denunciavam as agressões físicas e verbais sofridas pelas crianças durante o trabalho. Em 13 de dezembro de 1931, o *Diário de Pernambuco* trazia a seguinte notícia:

Esteve ontem, na 2ª delegacia, o menino Alfredo Bezerra, de 13 anos de idade, queixando-se contra o seu patrão, de nome João Felipe da Silva, proprietário de uma quitanda na Avenida Norte. O aludido menor declarou que Felipe da Silva de tabica em punho aplicou-lhe várias bordoadas não continuando a espancá-lo graças a intervenção de alguns fregueses que se achavam ali na ocasião.<sup>8</sup>

O caso de Alfredo Bezerra nos permite analisar a questão do abuso da autoridade dos patrões contra as crianças trabalhadoras. Ao procurar a delegacia, a ação do menino Alfredo Bezerra denunciava que seu patrão usava da violência no convívio das relações de trabalho, e sua queixa representou uma forma de resistir ao abuso de autoridade praticado por Felipe da Silva. De acordo com Esmeralda Moura (1991), “em função da pouca idade, talvez tenham sido, entre os trabalhadores, aqueles que viveram os exemplos mais exacerbados dessa relação: o poder hierárquico, que claramente os transformaram no alvo privilegiado de uma disciplina férrea”.<sup>9</sup>

Em 18 de junho de 1927, foi divulgado o caso de João Guilherme, que enfrentou o abuso de autoridade e agressão física do seu patrão sob “o regime de palmatória”:

O menor de 15 anos de idade João Guilherme, pela manhã de ontem, compareceu na delegacia de polícia do 3º distrito da Capital e procurando o Comissário de serviço, a fim de apresentar queixa contra José Machado Figueiredo estabelecido com oficina de marceneiro à avenida Lima de Castro, n. 1655. O menor que era aprendiz da mesma oficina ontem pela manhã, por questões de serviço foi repreendido pelo seu patrão. Este insatisfeito, despediu-o do trabalho dando-lhe diversos bolos de palmatória. De fato, João Guilherme estava com as mãos inchadas, sendo o acusado intimado a comparecer na polícia, a fim de se ver processado.<sup>10</sup>

João Guilherme e Alfredo Bezerra eram crianças em perigo. A observação desses casos nos faz discutir os mais variados modos de violência física e moral cometidos contra as crianças. A palmatória ou tabica, instrumento de punição física, em que o repressor buscava, por meio da violência física, deixar a marca da punição nas mãos do punido e também em sua mente. As mãos de João e de Alfredo, as mãos de “aprendizes”, tão importantes para a condução dos trabalhos por eles realizados, foram agredidas. No “regime da palmatória”, o punido passa a ser

<sup>8</sup> **Diário de Pernambuco.** Factos Diversos. Recife, 05 de dezembro de 1931.

<sup>9</sup> MOURA, Esmeralda. **Crianças operárias na recém-industrializada** São Paulo. In: PRIORE, Mary Del. História da criança no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.

<sup>10</sup> **Jornal do Commercio.** Na polícia e nas ruas – Chronicas da Cidade. Recife, 18 de junho de 1927 – página 3.

tido como exemplo de alguém que desrespeitou ou desafiou a ordem estabelecida e foi castigado. Esse tipo de penalidade pode ser observado como um castigo que “deve” ser corrigido, e não ser esquecido.

A palmatória, como instrumento de punição, foi utilizada para corrigir e disciplinar as ações de uma criança empregada em uma oficina, conforme a notícia veiculada no Jornal do Commercio. Essa ação nos leva a refletir como foi construído o universo microssocial das crianças no mundo do trabalho, quando o empregador muitas vezes se posicionava como proprietário da oficina e do corpo de seus “pequenos” empregados. Nesse período, a palmatória era utilizada por pais, mães e até professores, com o objetivo de corrigir as “faltas” das crianças. Ao analisar as agressões sofridas pelas crianças no universo familiar do Recife “moderno”, o historiador Iranilson Buriti Oliveira afirma que “meninos e meninas cresciam amedrontados pelos instrumentos sadistas, como a palmatória (...) Tanto nas artes de aprender o ‘bê-á-bá’ quanto nas artes de obedecer à autoridade, os filhos e filhas sentiam no corpo as dores trágicas por um sistema corretivo”.<sup>11</sup>

O caso de João Guilherme nos faz discutir o cenário social em que ele se encontrava, quando a exploração do trabalho infantil, em larga escala, era uma situação que caracterizava as sociedades que vivenciaram o processo de crescimento acelerado da industrialização, quando muitas crianças foram arregimentadas para as atividades produtivas. Além de ser agredido fisicamente, João foi dispensado das suas atividades da oficina, mostrando-nos indícios de como eram conflitantes as relações de trabalho entre o empregador e o garoto empregado.

Contudo, não podemos deixar de ressaltar a iniciativa de João Guilherme em denunciar o padrão agressor. Caminhar até a Delegacia de Polícia do 3º Distrito da Capital, apresentar-se como um adolescente trabalhador agredido e processar o responsável pelo crime cometido, demonstra o poder de autonomia e coragem daquela criança. Através da História do pequeno João, podemos perceber que os nossos protagonistas buscavam meios para se defender e lutar por seus direitos.

Desse modo, podemos observar que Ricardo não estava sozinho. O garoto deixou a casa de Dona Margarida, uma vez que o trabalho naquela residência ficava mais difícil. Um dia, um carregador de pão o chamou para trabalhar na padaria de um português. Em troca, o garoto recebia um salário e um lugar para dormir. Ricardo deixava de ser um *moleque* que prestava serviços domésticos na casa de Dona Margarida para se tornar uma criança operária, empregada na oficina de fazer o “pão nosso de cada dia”.

Do trabalho doméstico ao mundo da produção. Sim. Ricardo passou a conviver num universo onde as relações sociais se construíam de forma diferente. O trabalho na padaria era realizado a partir da lógica da produção e do lucro, experiência até então desconhecida para ele. Lá, trabalhavam adultos, velhos, mulheres e outras crianças que também buscavam sobreviver por meio do salário pago por suas horas de serviços prestados.

---

<sup>11</sup> OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. **Façamos da família à nossa imagem**: a construção de família no Recife Moderno. 2002. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2002. p. 139.

Foi na padaria que Ricardo conheceu Francisco, um menino “amarelo de olhos grandes”. Francisco não tinha pai nem mãe e desde os 12 anos de idade trabalhava para se sustentar. Em uma das conversas com Ricardo, o colega de trabalho contou que

Criara-se em casa de um tio em Paulista. Sofrera o diabo o pobre menino. Quando tinha 12 anos, já ia para a fábrica passar 12 horas no fuso. A febre palustre reduzia Francisco a aquilo que ele era, amarelo, magro, um pedaço feio de gente. Fugiu de Paulista porque quem ali não era operário era resto. Os donos da fábrica só queriam operários. Um deles criava cavalos de raça e diziam que dava ovo e vinho do Porto aos animais. Os cavalos de raça de Paulista gastavam num dia o que cem operários não comiam. Paulista era uma desgraça.<sup>12</sup>

Assim como Francisco, centenas de crianças vivenciaram o cotidiano do mundo fabril e das desigualdades sociais. Em galpões insalubres e escuros, crianças e jovens eram obrigados a manusear as máquinas que produziam os tecidos comercializados no Recife ou exportados para outros locais. Enfrentando as longas jornadas de trabalho e o perigo das máquinas, grande parte dos pequenos operários não tinha acesso à escola, à assistência de saúde e aos momentos de lazer, uma vez que muitos precisavam trabalhar para ajudar no orçamento familiar.

Paulista, cidade onde Francisco trabalhava, que hoje se localiza no Grande Recife, foi uma cidade que vivenciou os primeiros momentos do crescimento industrial em Pernambuco. No trabalho *A sedução da cidade: os operários-camponeses e a Fábrica dos Lundgren*, a socióloga Rosilene Alvim traz uma importante contribuição sobre a construção social e econômica dessa cidade, que nasceu a partir da *Companhia de Tecidos Paulista*. Nessa obra, Alvim discute como as famílias que migraram da zona rural de Pernambuco foram trazidas para trabalhar nessa *Companhia*, nos anos 1930 e nas décadas subsequentes. A partir dos depoimentos de ex-operários, podemos perceber que era bastante expressivo o número de crianças e jovens que trabalhavam naquele complexo industrial.

Outra questão levantada por Alvim refere-se ao problema do aliciamento das famílias do interior de Pernambuco. De acordo com seus estudos, a *Companhia de Tecidos Paulista* realizava o processo de aliciamento direto, quando seus agentes buscavam atrair “chefes de famílias” e seus filhos para trabalharem na Companhia. A cidade fabril se apresentava como *sedutora*, terra das “montanhas de cuscuz e dos chafarizes de leite”. Assim foi construída a imagem de Paulista pelos aliciadores que buscavam as famílias do interior para trabalhar na Companhia. A cidade dos adultos operários tornava-se a cidade das crianças e jovens que trabalhavam para sustentar suas famílias. O salário dos filhos e filhas representava um complemento para economia da família operária.<sup>13</sup>

Sobre a questão do trabalho infantil e sua relação com a economia familiar, a historiadora Michelle Perrot discute como o trabalho de crianças e de jovens no mundo das fábricas esteve diretamente relacionado ao cenário de pobreza onde estes agentes sociais

---

<sup>12</sup> REGO, José Lins. **O moleque Ricardo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006. p. 85.

<sup>13</sup> ALVIM, Rosilene. **A sedução da cidade: os operários-camponeses e a Fábrica dos Lundgren**. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.



transitavam, quando a falta de recursos obrigava os pais, as mães ou os responsáveis a empregarem os menores nas fábricas. De acordo com Perrot,

Mesmo fora da fábrica, a condição dos proletários é regida por uma rigorosa economia familiar. O salário do pai corresponde a parcela principal dos rendimentos, complementado, tão logo seja possível, pela contribuição dos filhos (...) Nessa perspectiva, compreende-se a hostilidade a qualquer restrição ao trabalho infantil.<sup>14</sup>

Além de atender à demanda e aos interesses dos patrões em pagar uma mão-de-obra mais barata, as crianças e os jovens ainda contribuía de forma significativa para o orçamento da família operária. Segundo Perrot, a pobreza vivida pelas famílias operárias era tão expressiva, que o ingresso das crianças e jovens no mundo fabril, em muitos casos, era necessário para a manutenção da vida da própria criança.

Não podemos deixar de lembrar que o interesse dos pais - oriundos das famílias populares - em empregar seus filhos também foi construído a partir da ética do trabalho puritano, que construiu a imagem do mundo do trabalho como algo enobrecedor e redentor. Segundo a ética puritana, o trabalho é um instrumento para a formação do bom cidadão, do filho de Deus. A partir desse princípio, era defendida a ideia de que o trabalho afastava as crianças e os jovens dos vícios. Assim, a fábrica passou a ser considerada uma escola, local onde essas crianças cresciam aprendendo a ser “os futuros homens da nação”.<sup>15</sup>

O “progresso” não adotou Francisco. O garoto fugiu de Paulista e foi morar em Olinda. Depois de muita procura, encontrou trabalho no Recife. Na padaria do velho português, o trabalho também era pesado, mas não era tão perigoso quanto nas fábricas de Paulista. Nessa oficina, onde era produzido “o pão nosso de cada dia”, os garotos trabalhavam como auxiliar dos masseiros e realizavam diversos serviços. Francisco e os outros meninos, como o *moleque* Ricardo, ganhavam um salário menor, mas enfrentavam a mesma jornada de trabalho.

Francisco, Ricardo e tantos outros meninos vivenciavam as mais diferentes experiências naquele espaço de trabalho, onde a produção e a disciplina eram sempre cobradas. Ao traçar o perfil de Ricardo, José Lins nos fala que o menino era um “moleque limpo, de olhos vivos, de cara boa, um achado para o Recife, onde os moleques daquele tipo se faziam de gente, se metiam em sociedade de operários, quando não se perdiam na malandragem”.<sup>16</sup>

Sim. Ricardo optou por viver o mundo do trabalho e foi aprendendo com seus colegas que era preciso se organizar coletivamente. Nas primeiras décadas do século XX, Recife era uma cidade que possuía várias organizações de trabalhadores, entre elas a *Sociedade de Resistência dos Empregados da Padaria*.<sup>17</sup> Essa sociedade era localizada no segundo andar de

<sup>14</sup> PERROT, Michelle. Funções da família. In: PERROT, Michelle (Org). **História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 131.

<sup>15</sup> RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil, 1890-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

<sup>16</sup> REGO, José Lins. **O moleque Ricardo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006. p. 35.

<sup>17</sup> No artigo publicado em 2005, na Revista Clio, do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, Antonio Paulo Rezende nos fala que no início do século XX, a cidade do Recife possuía várias associações que abrigavam as “primeiras idéias socialistas em Pernambuco”. Entre elas, a Sociedade Beneficente dos Empregados do

um sobrado, no Pátio do Paraíso, lugar onde Ricardo ouviu pela primeira vez a palavra ‘greve’. No começo, o *moleque* estranhou e ficou com medo; uma vez que, se o português dono da padaria soubesse que seu empregado estava envolvido nessas conversas, seria demitido.

No início do século, os movimentos grevistas fizeram parte do cenário político do Recife e este problema esteve presente nas preocupações de José Lins e da historiografia contemporânea. Segundo Antonio Paulo Rezende, durante as primeiras décadas dos novecentos,

As greves dão ao Recife a atmosfera de uma cidade moderna e reivindicativa, mas têm suas especificidades. O movimento dos trabalhadores foi visto, sempre, com muitas reservas pelos grupos dominantes, a questão social não fugia muito de ser entendida como uma questão política. A intervenção do poder público é uma constante nas negociações e as articulações dos trabalhadores assalariados com políticos da classe dominante.<sup>18</sup>

Não podemos negar que os movimentos grevistas daquela época fortaleceram o sentimento dos trabalhadores como categoria social e política, haja vista que os primeiros movimentos reivindicatórios deram base para a consolidação das organizações operárias no Brasil. O Recife da efervescência econômica também era a cidade das agitações políticas, quando homens, mulheres e crianças fizeram parte dessa história de resistência.

Assim como Ricardo, outras crianças frequentavam as reuniões que discutiam as condições da vida operária, faziam parte das greves e dos eventos que marcaram a atuação do movimento dos trabalhadores do Recife. Ao nos debruçarmos sobre alguns jornais produzidos pelo movimento operário, podemos perceber várias formas de denúncias contra o trabalho infantil. Jornais que acusavam a exploração vivida pelas crianças e jovens nas fábricas de Camaragibe, da Várzea, da Torre e de Apipucos (também conhecida como Fábrica da Macaxeira).<sup>19</sup> Meninos que viviam distantes dos bancos escolares e dos momentos de lazer vivenciaram os maus tratos dos contramestres, as longas jornadas de trabalho e o perigo das máquinas.<sup>20</sup>

Ao se voltar para a questão da resistência infantil à exploração do trabalho, Margareth Rago comenta que frequentemente os jornais operários registravam os maus tratos e repressões

---

Comércio, a Associação dos Empregados do Comércio, a Sociedade dos Remadores, a Sociedade Beneficente dos Fressureiros, a Sociedade Italiana de Beneficência, entre outras. Segundo Rezende, este período também é marcado por outras formas de organização coletiva, como o Congresso Operário Brasileiro, realizado em 1906, quando uma das bandeiras de luta era a regulamentação da jornada de 8 horas e melhores salários. Nesse sentido, não seria incoerência afirmar que os caminhos trilhados pelo *moleque* Ricardo, um personagem do romance de José Lins do Rego, podem ter sido os caminhos de outros moleques que tiveram em suas vidas a oportunidade de participar de reuniões ou mobilizações organizadas por estas sociedades. Ver: REZENDE, Antonio Paulo. As primeiras idéias socialistas em Pernambuco. Ver: REZENDE, A. P. As primeiras idéias socialistas em Pernambuco. **Clio – Revista de Pesquisa História**. N. 23. Recife: Editora da UFPE, 2005.

<sup>18</sup> REZENDE, Antonio Paulo. **(DES) encantos Modernos**. Recife: Fundarp, 1997. p. 34

<sup>19</sup> Sobre a Lei de Sindicalização. **Norte Operário**. Recife, 28 de dezembro de 1931. Capa. Apeje.

<sup>20</sup> De acordo com as pesquisas de Zélia Gominho, neste período, Recife possuía mais de 1.148 empresas de diferentes portes e dos mais diferentes ramos de atividade e serviços. In: GOMINHO, Z. **Veneza Americana x Mucambópolis: o Estado Novo na cidade do Recife (décadas de 30 e de 40)**. Jaboatão dos Guararapes: Ed. Do Autor, 2007.



sofridas pelas crianças, fazendo-nos “supor a existência, frente à violência do mundo adulto, de sua evasão no ato de brincar, de correr, de conversar por entre as máquinas durante o período de trabalho”. Para a historiadora, é “impossível deixar de imaginar como a fábrica deve ter representado para elas um mundo tedioso, repetitivo, monótono, severo e rígido”.<sup>21</sup>

Contudo, em meio às denúncias realizadas contra o trabalho infantil, também encontramos registros daqueles que defendiam a “sindicalização dos menores”. Em 28 de dezembro de 1931, o *Jornal Norte Proletário* trazia um artigo reivindicando a organização sindical dos pequenos trabalhadores. Em uma matéria de capa, o *Norte Proletário* dizia:

Um dos artigos da Lei 19.770, que golpeia em cheio os organismos sindicais é a que alude a organização dos menores, não permitindo que estes, sem que tenham 18 anos, se filiem às associações trabalhadoras. Sabido como é a existência de numerosos jovens operários nas fábricas, oficinas e nos campos, evidenciando-se este fato nas indústrias de tecelagem além de haver outras empresas manufatureiras onde o número de meninos, esqueléticas crianças, tome proporções escandalosas, no exclusivo interesse dos senhores industriais, dada desigualdade de salários para trabalho igual, - não compreende não se justifica uma proibição de todos os princípios da lógica social, pois que aos indigentes atingidos nas suas dolorosas condições econômicas e morais, ninguém pode tirar-lhes um direito indelével, qual o de pôr-se a salvo investidos pela razão e pela justiça. Os menores têm direito à organização.<sup>24</sup>

Para o *Norte Operário* não havia o interesse por parte dos patrões em sindicalizar as crianças, uma vez que o sindicato era o espaço de debate político. O interesse dos patrões, e até mesmo do Estado, era de garantir o trabalho para as crianças e jovens com a finalidade de controlá-los, para que se tornassem futuros profissionais que estariam a serviço do progresso da nação. A organização operária, símbolo da resistência de luta dos trabalhadores, representava sinônimo de rebeldia e contestação da ordem. Logo, o Estado se posicionava contrário à sindicalização das crianças e jovens.

Não podemos entender o discurso do *Jornal Norte Operário* distante de uma análise sobre a Lei 19.770, que foi promulgada em março de 1931 e tinha como objetivo atrelar a organização sindical ao Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio, criada durante o Governo Vargas. Através desta Lei, os sindicatos não podiam promover ou disseminar nenhum tipo de ideário político, social ou mesmo religioso, fazendo com que se tornasse alvo de muitas críticas por parte daqueles que resistiam ao aparelhamento do sindicato ao governo instituído. A verticalização da estrutura e a falta de autonomia sindical foram fortalecidas com a Constituição de 1934, que chegou a deslegitimar de modo efetivo os sindicatos considerados “não oficiais”.<sup>22</sup>

---

<sup>21</sup> RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar** (Brasil, 1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 130. <sup>24</sup> *Norte Operário*. Sobre a Lei de Sindicalização. Recife, 28 de dezembro de 1931. Capa. Apeje.

<sup>22</sup> PIOLLI, Evaldo. **Educação e sindicalismo: o discurso sindical no contexto da reestruturação produtiva**. 2004. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação – Unicamp. Campinas, 2004. <sup>26</sup> Brasil. 1927. **Código de Menores de 1927**. Art. 31, Capítulo IX.

Desse modo, observamos que tais mudanças provocaram uma intensa discussão entre os trabalhadores que se organizavam coletivamente através dos sindicatos. Nesse tablóide, uma série de reportagens foi produzida com a intenção de disseminar a ideia de que as crianças trabalhadoras possuíam o direito à participação na organização política dos operários. O caso da sindicalização das crianças e jovens estava muito distante da vontade do Estado, uma vez que o *Código de Menores de 1927* ditou uma série de normas que proibia o trabalho infanto-juvenil ou buscava controlar a permanência dos meninos nos estabelecimentos fabris. De acordo com o Capítulo IX do Código, várias proibições foram estabelecidas, o Artigo 103, inclusive, afirmava que:

Os menores não podem ser admitidos nas usinas, manufaturas, estaleiros, minas, ou qualquer trabalho subterrâneo, pedreiras, oficinas e suas dependências, de qualquer natureza que sejam, públicas ou privadas, ainda quando esses estabelecimentos tenham caráter profissional ou de beneficência, antes da idade de 14 anos.<sup>26</sup>

O Código ainda criava um sistema de fiscalização, segundo o qual os proprietários dos estabelecimentos, os pais, mães ou responsáveis poderiam responder um processo judicial se desrespeitassem a Lei. No capítulo IX, o Artigo 101 afirmava que “é proibido em todo território nacional da República o trabalho de menores de 12 anos”. Entre as proibições, destacamos a restrição aos trabalhos de crianças em peças teatrais (com exceção das infantis, mediante autorização do órgão fiscalizador), cabarés, circos ou espetáculos circenses (acrobata e saltimbanco) ou em qualquer serviço que fosse exercido nas ruas, nas praças ou nos demais locais públicos.

No que se refere aos estabelecimentos comerciais e industriais, o Código volta-se para a responsabilidade dos proprietários, afirmando, no Artigo 117, que:

Os chefes dos estabelecimentos industriais e comerciais, em que são empregados menores de 18 anos como operários ou aprendizes, são obrigados a velar pela manutenção dos bons costumes e da decência pública, bem como da higiene e segurança dos lugares de trabalho.

A leitura desse Artigo nos faz observar como a intenção do *Código* estava relacionada em fazer do mundo do trabalho fabril o espaço onde crianças e jovens encontrassem o caminho para a profissionalização. O discurso que valorizava os bons costumes e a decência pública foi construído a partir do ideário normatizador, disciplinador e higienista. Na “escola do trabalho”, os pequenos operários deveriam ser controlados pela ordem. Uma ordem preventiva que buscava garantir a manutenção do ideário do progresso. Segundo o *Código*, cabia ao patrão – ao proprietário – zelar por esse mundo da fábrica, uma vez que ele também representava o lugar onde essas crianças estavam longe dos perigos das ruas.

Em 03 de setembro de 1929, dois anos após a promulgação do *Código de Menores*, o *Jornal Pequeno* trazia a notícia de que o Juiz de Menores, Mello Mattos, multou cerca de quinhentas fábricas por desrespeitarem a normatização estabelecida pelo *Código*.

O Juiz carioca Dr. Mello Mattos publicou em dezembro do ano passado um provimento para execução do Código de Menores na parte relativa ao trabalho fabril, concedendo uma delação de treze meses a respeito de certos dispositivos. Finda a

delação o juiz multou cerca de 500 fábricas por infração do mesmo Código, mas, o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão pediu prorrogação até que o Congresso Nacional reformasse certos artigos, que reputava inexecutáveis. O Juiz Mello Mattos indeferiu o pedido, o reclamante agravou do despacho para o Conselho Supremo da Corte de Apelação, que negou provimento do agravo confirmando unanimemente o ato do Juiz de Menores. Tendo baixado os autos a Cartório no sábado passado, o Dr. Mello Mattos mandou prosseguir na execução do Código de Menores.

Esse exemplo aconteceu no Rio de Janeiro, mas recebeu destaque no jornal pernambucano. A reportagem ainda trazia a informação de que dez grandes empresas foram multadas por obrigarem menores abaixo de 18 anos a trabalhar mais de seis horas por dia, contrariando o Artigo 18 do *Código de Menores*. Por meio dessa matéria, percebemos como os proprietários dos estabelecimentos fabris resistiram às exigências estabelecidas pela Lei, buscando driblar esse dispositivo legal. Mesmo recorrendo aos recursos cabíveis, o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão não conseguiu reverter a decisão do Juiz. Desse modo, a multa e sua divulgação não deixaram de representar a tentativa de consolidar o papel do Código, a partir da atuação direta do juiz que o elaborou.

Contudo, nossa investigação sinaliza que nem sempre a justiça beneficiou os pequenos trabalhadores. Exemplo disso é o *Processo Criminal* referente à ação de acidente de trabalho da criança João Domingues, que, durante o trabalho, perdeu as funções da mão direita. No ocasião, era operário da fábrica de cigarros Jockey Club. João acidentou-se quando prestava ajuda ao chofer da empresa, às 7 horas da manhã, do dia 4 de junho de 1927. A criança acidentada, representado pelo seu pai, Domingos Correia, reivindicava indenização à *Companhia de Seguros Ypiranga*.<sup>23</sup>

A leitura dos documentos que integram o processo de João nos permite perceber como a burocracia jurídica beneficiava o proprietário da empresa, uma vez que ele já contava com os advogados da seguradora e a estrutura dessa instituição, enquanto a criança operária não tinha recursos para pagar o advogado, tendo que solicitar o apoio do Estado. De acordo com o laudo médico, João poderia ficar curado se recebesse tratamento adequado, mas alertava que o tratamento realizado naquele momento não garantia a cura do garoto. A seqüela física poderia ser irreversível, fazendo com que João permanecesse afastado do trabalho. De acordo com o Artigo 1º da Lei de Acidentes de Trabalho e do Artigo 772 do Código de Processo Civil, sendo atestada judicialmente a lesão, era garantida a indenização por acidente de trabalho e toda a assistência médica para o acidentado.

Para o advogado da Companhia, João tinha sofrido apenas uma simples lesão, não sendo merecedor de uma indenização. Segundo os laudos médicos, a criança tinha se acidentado de forma que podia perder as funções da mão direita. As diferentes versões sobre o fato fizeram gerar um processo bastante conflituoso, com as partes recorrendo por diversas vezes a decisão judicial. Como nos fala Thompson, a Lei, como prática, não representa um mecanismo de consenso, mas, um campo aberto para o conflito, quando tais embates são construídos nas relações sociais entre as partes e permeiam, de forma contraditória, o uso das leis.<sup>24</sup>

<sup>23</sup> *Processo Criminal* de João Domingues de Mello. 1927. Arquivo do Memorial da Justiça.

<sup>24</sup> THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Ao analisarmos os diversos documentos que compõem o processo, percebemos como as relações sociais de trabalho foram construídas a partir das tensões entre o patrão e o operário, tornando-se um desafio para o historiador que se debruça sobre essa tipologia documental. Nesses processos, as mais diferentes versões e visões acerca do acontecido foram registradas, com as falas do réu e da vítima, sendo construídas para legitimar o discurso de acusação e de defesa. De acordo com os estudos do historiador Sidney Chalhoub,

Ler processos criminais não significa partir em busca ‘do que realmente se passou’ porque esta seria uma expectativa inocente – da mesma forma como é pura inocência objetivar à utilização dos processos criminais porque eles ‘mentem’. O importante é estar atento às ‘coisas’ que se repetem sistematicamente: versões que se reproduzem muitas vezes, aspectos que ficam mal escondidos, mentiras ou contradições que aparecem com frequência.<sup>25</sup>

Desse modo, ao analisarmos o processo de João, podemos perceber a trajetória de uma criança operária que recorreu à instituição judiciária para requerer o direito à indenização pelo acidente de trabalho. O Processo nos faz perceber que mesmo ao legitimar o seu pleito, por meio do mecanismo científico - o Laudo Médico confirmou que o acidente comprometia a saúde da criança operária - a Justiça não resolveu o caso, uma vez que “houve agravo de petição”, fazendo com que o processo ficasse inconcluso, como nos fala um dos relatórios arquivados no prontuário de João.

Mas, João não estava sozinho. Os jornais da época denunciavam constantemente os acidentes envolvendo as crianças nos locais de trabalho. No dia 2 de julho de 1930, Arlindo Bezerra da Silva, garoto empregado na Padaria Rio Branco, localizada na Torre, acidentou-se. Naquela manhã, a moenda esmagou o braço esquerdo do pequeno operário. Segundo matéria do *Jornal Pequeno*,

Companheiros seus, presenciando o sucedido trataram de prestar-lhe os primeiros curativos, enquanto era chamado a Assistência Pública. Minutos depois foi Arlindo transportado para o Hospital de Pronto Socorro, onde teve logo a devida intervenção cirúrgica (...) Em seguida o menor foi removido ao Hospital Pedro II e foi recolhido à enfermaria de São Francisco.<sup>26</sup>

Em novembro de 1931, o *Diário de Pernambuco* trazia outra notícia de acidente de trabalho envolvendo os pequenos trabalhadores. Manuel Francisco, de 13 anos de idade, operário da Usina Mumuripe, durante seu expediente, “procurou galgar uma locomotiva daquela usina, fê-lo desastrosamente, sendo colhido pelas rodas”, o que ocasionou o esmagamento do braço direito e outras feridas pelo corpo do garoto. Ele foi levado ao Hospital Fernandes Vieira, ficando lá internado. O caso de Manoel era grave, assim dizia o Jornal.

Os casos de Arlindo e de Manoel nos fazem perceber como o universo de trabalho desses pequenos operários era cercado por uma série de perigos, entre eles, o de trabalhar e manusear máquinas impróprias para a idade dessas crianças e jovens. As instalações precárias, a

<sup>25</sup> CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001. p. 41

<sup>26</sup> **Jornal Pequeno**. O dia começou mal... Recife, 2 de julho de 1930. p. 04.

insalubridade, as longas jornadas de trabalho foram características que marcaram o dia a dia das crianças trabalhadoras.

Nesse cenário marcado por constantes denúncias de acidentes de trabalho, os jornais operários travaram uma campanha voltada para que os trabalhadores procurassem a polícia ou a autoridade mais próxima para registrar e tomar as devidas providências, atendendo o acidentado nas suas necessidades. Dizia o jornal *Voz Operária*, em 12 de março de 1932, que:

Todos os camaradas trabalhadores que em qualquer caso de acidente no trabalho, qualquer um sem medo de represálias por parte dos patrões, deve imediatamente chamar mais outro como testemunhas, participarem o ocorrido primeiro ao gerente, mestre ou encarregado, e logo em seguida se dirigir à polícia local ou autoridade mais próxima comunicando o fato.<sup>27</sup>

Essa pequena nota evidencia como as organizações dos trabalhadores orientavam os operários no caso de acidente, também considerados na época caso de polícia. O cuidado com a testemunha, com o registro, com a procura das instâncias especializadas, leva-nos a perceber como as estratégias foram articuladas no sentido de atender os direitos do trabalhador acidentado. A advertência de não ter “medo da represália do patrão”, permite-nos perceber que as denúncias podiam gerar desdobramentos negativos para os trabalhadores, como perseguições ou até demissões.

Mas, existia um mundo além das fábricas e oficinas. Enquanto Ricardo, Francisco, João e outros agentes sociais que protagonizaram essas histórias moravam nas comunidades populares espalhadas pelos arredores do Recife, outros residiam com seus familiares nas vilas operárias que, naquele período, começaram a ser construídas para os trabalhadores e suas famílias. Nos espaços de moradia, essas crianças e jovens brincavam, conversavam à noite com seus vizinhos e descobriam, com o passar do tempo, suas paixões e amores.

Em *O moleque Ricardo*, José Lins narra que o personagem principal do seu romance morava na Rua do Cisco, em um dos mangues espalhados pelo Recife. Naquela comunidade vivenciava as adversidades típicas de um morador do mangue, quando no inverno,

A lama entrava por dentro de casa. O mangue fedia mais. As casas gotejando pelas folhas de zinco furadas. O inverno ali era duro. Ainda com sol a miséria contar a sua história.

Todavia, no verão,

O céu, à noite, cobria-se todo com as suas estrelas. A lua tinha um mangue para se derramar por cima dele. Uma noite de verão na rua do Cisco não fazia vergonha. As mulheres conversavam mais tempo pelas portas das casas, os meninos brincando o ‘coelho sai’ até tarde...<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup> **Voz Operária**. Acidentes de Trabalho. Recife. 12 de março de 1932. Capa.

<sup>28</sup> REGO, José Lins. **O moleque Ricardo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006. p. 214

Nessas noites de verão, os homens e as mulheres, os meninos e as meninas se divertiam, namoravam, discutiam, quando trocavam suas experiências nas conversas realizadas nas calçadas ou nas janelas dos mocambos. Ali se discutia de tudo: política, futebol, sem faltar nas especulações sobre a “vida alheia”. Assim era vivido o cotidiano dos pequenos trabalhadores, além dos muros da fábrica.

No carnaval, que alegria! Ao sair da padaria, o *moleque* Ricardo ganhava as ruas do Recife e encontrava com o som do frevo, com o ritmo contagiante das orquestras, dos mais diversos blocos que invadiam a cidade. Ricardo caía no passo e junto com outros *moleques* estava incluído naquela festa bonita. Era o carnaval; o bloco Paz e Amor

Marchava para o Recife, sem medo de fracasso (...) Os bondes de Olinda passavam grudados. Reboques empilhados. Não havia mais história de primeira classe. Brancos e negros juntos pagando a mesma coisa. Os blocos e os cordões desciam cantando. Os violões, as clarinetas se uniam, confraternizavam os quebrados, nas harmonias mais doces do mundo.<sup>29</sup>

Na festa, a vida sofrida e pesada tornava-se feliz e leve. O “carnaval encorajava Ricardo. A música lhe fervia no sangue quando ele ouvia na rua um clube passando. Caía no frevo, instigado sem saber por que”. Assim falou José Lins. A vida das crianças e dos jovens que se acordavam cedo, muitas vezes sem se alimentar devidamente, para caminhar para fábricas ou oficinas do Recife, enfrentando os mais diferentes tipos de exploração, também era feita de momentos de felicidade, de alegria e de festa.

O tempo passou e Ricardo cresceu. Já grande, retornou ao Engenho Santa Rosa para visitar a mãe e todos que lá deixara, “ainda quase menino, sumira-se do engenho sem ninguém saber para onde”. Foi uma festa, “a casa inteira recebeu a carta com muita alegria. Ricardo vinha do Recife passar uns dias com eles”.<sup>30</sup> Assim como Ricardo, outros *moleques* tiveram a oportunidade de voltar. Outros trouxeram suas famílias do interior para morar no Recife. Outros caíram no mundo do abandono, do esquecimento. Tantos *moleques*, várias histórias...

## Considerações Finais

Ao historiador, cabe a função de narrar as trajetórias de vida desses agentes sociais que fizeram parte da história da cidade e que muitas vezes foram também abandonados ou esquecidos pela historiografia tradicional. A observação do cotidiano dos pequenos trabalhadores nos faz perceber que o dia a dia desses agentes sociais foi permeado por conflitos e tensões. Distantes dos bancos escolares e dos momentos de lazer, essas crianças e jovens buscaram resistir, das mais diversas formas, à lógica da produção e, muitos deles, tornaram-se homens e mulheres que superaram os desafios impostos pela vida.

Gostaríamos de pedir licença ao leitor e/ou leitora para finalizarmos essas discussões com uma frase emblemática do historiador inglês E. P. Thompson, que, ao dedicar um espaço sobre a questão do trabalho infantil na sua obra *A formação da classe operária inglesa*, concluiu

---

<sup>29</sup> Ibidem. p. 184.

<sup>30</sup> Ibidem, p. 29.



o seu texto com o desabafo do militante: “a exploração das crianças, na escala e na intensidade com que foi praticada, representou um dos acontecimentos mais vergonhosos da nossa história”.

31

## Referências

ALBURQUEQUE, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2006.

ALVIM, Rosilene. **A sedução da cidade: os operários-camponeses e a Fábrica dos Lundgren**. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

Brasil. 1927. **Código de Menores de 1927**. Art.. 31, Capítulo IX.

CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

GOMINHO, Z. **Veneza Americana x Mucambópolis: o Estado Novo na cidade do Recife (décadas de 30 e de 40)**. Jaboatão dos Guararapes: Ed. Do Autor, 2007.

MOURA, Esmeralda. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In: PRIORE, Mary Del. **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. **Façamos da família à nossa imagem: a construção de família no Recife Moderno**. 2002. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2002.

PERROT, Michelle. Funções da família. In: PERROT, Michelle (Org). **História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autentica, 2005.

PIOLLI, Evaldo. **Educação e sindicalismo: o discurso sindical no contexto da reestruturação produtiva**. 2004. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação – Unicamp. Campinas, 2004.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil, 1890-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

REGO, José Lins. **O moleque Ricardo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

REZENDE, A. P. As primeiras idéias socialistas em Pernambuco. **Clio – Revista de Pesquisa História**. N. 23. Recife: Editora da UFPE, 2005.

\_\_\_\_\_. **(DES) encantos Modernos**. Recife: Fundarp, 1997.

<sup>31</sup> THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. V. II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 224.

RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: PRIORE, Mary Del. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 376-407.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. V. II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Senhores e caçadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.